

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PEDRO HAUER GOTTSCHILD

**A RELAÇÃO ENTRE CORRUPÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: A
CONTRIBUIÇÃO DA ECONOMIA**

CURITIBA

2016

PEDRO HAUER GOTTSCHILD

**A RELAÇÃO ENTRE CORRUPÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: A
CONTRIBUIÇÃO DA ECONOMIA**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Rangel de Meireles Guimarães

CURITIBA

2016

TERMO DE APROVAÇÃO

PEDRO HAUER GOTTSCHILD

A RELAÇÃO ENTRE CORRUPÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: A CONTRIBUIÇÃO DA ECONOMIA

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Rangel de Meireles Guimarães
Departamento de Economia, UFPR.

Prof. Dr. Huascar Fialho Pessali
Departamento de Economia, UFPR.

Profa. Dra. Carolina Bagattolli
Departamento de Economia, UFPR.

Curitiba, 05 de julho de 2016.

Just as fish moving under water cannot possibly be found out either as drinking or not drinking water, so government servants employed in the government work cannot be found out (while) taking money (for themselves).

R.P. Kangle (1972, p. 91).

RESUMO

Nos últimos anos, raras foram as vezes em que os canais de notícia não abordaram o tema da corrupção, não só no Brasil como no mundo. Os economistas, por sua vez, têm dado maior atenção a este tema desde a década de 1990, mas encontram dificuldades em na mensuração, quanto pela definição dos benefícios e malefícios que permeiam a corrupção. As contribuições na literatura dizem respeito ao estudo de caso dos efeitos da corrupção em certos países ou a análises empíricas que avaliam o efeito de um determinado nicho da corrupção sobre indicadores específicos do desenvolvimento. São poucos os estudos, contudo, que buscam sumarizar qual seria o (des)consenso na literatura econômica da relação entre corrupção e desenvolvimento. Assim, o objetivo deste trabalho é o de delinear quais são as vertentes predominantes no estudo do impacto da corrupção no desenvolvimento econômico, bem como os mecanismos pelos quais estas variáveis interagem. Mais especificamente, o estudo se concentra nas definições dessas variáveis e, no que tange à relação entre as mesmas, são abordadas as questões de causalidade, correlações e impactos da corrupção sobre aspectos específicos de desenvolvimento, tais como a desigualdade de renda e a alocação dos recursos. Foi possível concluir, em linhas gerais, que é possível estabelecer uma teoria geral da corrupção e desenvolvimento: a corrupção afeta de forma negativa o crescimento econômico, os direitos civis, os investimentos sociais e privados, e a ineficiência na alocação de recursos. Contudo, quanto aos efeitos da corrupção sobre a desigualdade de renda, que é um dos aspectos centrais do desenvolvimento, não há consenso quanto à direção da causalidade.

Palavras-chave: Corrupção. Desenvolvimento Econômico.

ABSTRACT

In the last years there has been an increasing attention by the media to issues concerning corruption, not only in Brazil but also in the World. Economists have dedicated to this issue since the nineties, but they face difficulties in measuring corruption and also in documenting its benefits and damages to the economy. Therefore, aiming at addressing the relationship of corruption and economic development, current literature has employed case studies or empirical analysis that estimate the effect of a corruption act to a certain economic development indicator. However, there are few studies that try to settle what is agreed in this matter. That being said, the goal of this study is to summarize the predominant views in Economics regarding corruption and its effects on economic development. To accomplish this, I first establish the definitions on the subject. Next, I review the contributions on the causes, correlations and impacts of corruption on specific development issues, such as income inequality and resource allocation. It was possible to conclude that there might be a general theory of corruption and development: corruption worsens economic growth, civil rights, private and social investment and the inefficiency in resource allocation. However, when addressing a specific aspect of development - income inequality - there is no consensus in the literature on the causal impact of corruption.

Keywords: Corruption. Development.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. DEFINIÇÕES	11
2.1. A DEFINIÇÃO DE CORRUPÇÃO	11
2.2. A DEFINIÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	13
3. A RELAÇÃO ENTRE A CORRUPÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	16
3.1. A TEORIA DO “U” INVERTIDO	16
3.2. A CAUSALIDADE ENTRE O DESENVOLVIMENTO E A CORRUPÇÃO	19
3.3. CORRUPÇÃO E COMPONENTES DO DESENVOLVIMENTO.....	21
3.3.1 Corrupção e Desigualdade de Renda	21
3.3.2 Corrupção e Alocação de Recursos	23
3.4. SÍNTESE	26
4. CONCLUSÃO	28
REFERÊNCIAS.....	30

1. INTRODUÇÃO

Dentre as várias concepções, admite-se que a economia é “o estudo de como a sociedade se organiza para decidir sobre a dinâmica de alocação dos recursos escassos” (MANKIW, 2006). Dessa maneira, uma das perspectivas do desenvolvimento econômico é permitir que os recursos sejam incrementados no tempo, gerando-se maior bem-estar para a população (PALMER, 2012, p. 6). Assim, há uma proeminência de estudos econômicos que buscam verificar as causas, efeitos, oportunidades e desafios ao desenvolvimento.

Dentre os múltiplos fatores associados ao desenvolvimento econômico, um que recentemente tem recebido bastante atenção é a corrupção: por exemplo, em pesquisa realizada pela Transparência Internacional na Camboja e no Paquistão em 2015, revelou-se que a maioria dos entrevistados afirma que o fator que mais impede o crescimento de sua nação é a corrupção (TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL, 2015). Os economistas também têm voltado sua atenção para o tema, ainda que somente recentemente. Tanzi (1998, p. 4), por exemplo, questiona as causas que levaram a uma maior atenção para este assunto somente a partir da década de 1990. Um dos pontos levantados pelo autor é que, durante a Guerra Fria, os países desenvolvidos pouco se importavam se os regimes políticos dos países em desenvolvimento fossem corruptos ou não, contanto que a forma de governo se alinhasse à sua doutrina. Contudo, a partir da transição das economias planificadas para as de mercado, o autor afirma que se delinearam diversas oportunidades para o aumento da corrupção. Este fato, aliado com a liberdade de imprensa, fez com que o assunto deixasse de ser um “tabu” e passasse a ser uma questão de debate.

Considerando-se a temática da corrupção e a centralidade que ela tem ocupado dentro dos estudos econômicos, podemos citar sua própria definição como um desafio à sua análise. Isso se deve ao fato de que sua prática abrange um grande leque de atividades: partindo do Estado, de entes privados; em forma de conluio, cartel; por meio de propinas, favores, entre outras (TANZI, 1998, p. 9). Como a definição conceitual do fenômeno parte de múltiplas facetas, a mensuração de seus impactos sobre o desenvolvimento torna-se um desafio para os pesquisadores: não há como medir a dimensão total da corrupção. Não podemos nos esquecer, também, que as práticas de atos corruptos procuram justamente permanecer em total sigilo. Além disso, o que pode ser considerado como um ato de

corrupção em um lugar não necessariamente é visto como corrupção em outro. Como exemplo, podemos citar o nepotismo, visto no ocidente na maioria das vezes com desprezo, é praxe e em grande parte encorajado na China, dentro do âmbito corporativo (HOOKER, 2008, p. 8-9).

Uma forma utilizada pela literatura de se contornar o problema da definição da corrupção é investigar entre as nações a percepção da corrupção pela população, tal como tem sido realizado por entidades não governamentais, como a Transparência Internacional. Contudo, é certo que também existem diferenças regionais e culturais na própria percepção da corrupção, o que pode enviesar esse tipo de análise (HOOKER, 2008, p. 16).

Além da complexidade inerente ao estudo da corrupção por si só, temos também controvérsias nas investigações sobre a relação entre corrupção e desenvolvimento econômico. Em se tratando dessa relação, a hipótese usual é a de que a corrupção é prejudicial ao desenvolvimento, pois: i) funciona como uma taxa (imposto) dentro da economia; (ii) altera a alocação de recursos; (iii) diminui o investimento privado; e (iv) estimula organizações burocráticas a continuarem corruptas (MAURO, 1996, p. 6). Há, por outro lado, proponentes que discordam dessa assertiva, argumentando que a corrupção poderia ser benéfica à sociedade. Por exemplo, o pagamento de propinas, por parte dos concorrentes de empresas detentoras de patentes aos seus funcionários, com o intuito de obter avanço tecnológico, poderia ser benéfico à sociedade (BRAGUINSKY, 1996. p. 14-25). Contudo, um efeito positivo da corrupção sobre o desenvolvimento não é a visão consonante com a maioria dos estudos teóricos e empíricos.

Do ponto de vista metodológico, os estudos sobre os efeitos da corrupção sobre o desenvolvimento são concebidos de duas maneiras: teórica e empírica. Os estudos teóricos trazem especulações sobre os efeitos da corrupção sobre o desenvolvimento considerando estudos de caso de determinados países, com base em uma construção histórica, na análise atual e na previsão do que ocorrerá no futuro (BARDHAN, 1997; LAFFONT, 2002; SCHLEIFER, VISHNY, 1993, ROSE-ACKERMAN, 1997). Já os estudos empíricos, em sua maioria, partem de um determinado nicho da corrupção que possa ser devidamente mensurado, como o desvio de verbas destinadas à saúde, educação, infraestrutura, além da incidência do pagamento de propinas a burocratas responsáveis pela liberação de um serviço, e avaliam seu impacto sobre um indicador do desenvolvimento econômico - ex.:

qualidade da educação (FERRAZ et al., 2012). Outra linha de estudos empíricos faz uso dos levantamentos anuais de percepção da corrupção propostos pela *Transparência Internacional* para traçar estimativas macro da relação entre corrupção e desenvolvimento (TANZI, 1998, HOOKER, 2008). São poucos os estudos, contudo, que buscam sumarizar qual seria o (des)consenso na literatura econômica da relação entre corrupção e desenvolvimento.

Tendo em vista a centralidade do tema corrupção-desenvolvimento, mas uma certa dificuldade em se estabelecer qual é a visão da literatura econômica, o objetivo deste trabalho é mapear e analisar as contribuições da disciplina dos efeitos da corrupção sobre o desenvolvimento. Dentro dessa perspectiva abordo: i. a teoria do “U” invertido; ii. a causalidade entre as variáveis; iii. o impacto da corrupção sobre dimensões específicas do desenvolvimento, como a desigualdade e a alocação de recursos. Esta análise se realizou com base em pesquisa bibliográfica de artigos teóricos e empíricos da área. A partir desse estudo, espera-se contribuir para subsidiar lacunas na área e estabelecer uma agenda futura de pesquisas na área.

Esta monografia está estruturada da seguinte forma. No capítulo 2 apresento a definição das variáveis centrais desse estudo: corrupção e desenvolvimento econômico. No capítulo 3 reviso a literatura econômica no que concerne ao estudo da interação entre as duas variáveis, com especial atenção à evidências de correlação ou causalidade, e investigo os efeitos da corrupção sobre elementos específicos do desenvolvimento, quais sejam, desigualdade e alocação de recursos. elementos que podem influir na corrupção e no desenvolvimento econômico. Por fim, no capítulo 4, sumário e concluo o estudo, contemplando o estado atual da discussão acerca do tema.

2. DEFINIÇÕES

Nesse capítulo apresento as definições das variáveis que concernem o tema em debate, quais sejam, a corrupção e desenvolvimento econômico.

2.1. A DEFINIÇÃO DE CORRUPÇÃO

Por ser um tema muito em voga no Brasil e no mundo, podemos ter uma falsa impressão de que definir o que vem a ser corrupção seja algo muito simples. No entanto, apesar de não haverem grandes disparidades entre as definições encontradas, os autores e instituições adotam as mais diversas definições.

Ao mesmo tempo em que podemos encontrar na literatura as mais diversas definições sobre o tema, desde as mais concisas até as mais elaboradas, surpreende a intersecção que há entre elas, de modo que nós não encontramos estudos que demonstrem visões antagônicas, mas sim complementares, a respeito do que vem a ser corrupção, mesmo que eles apresentem opiniões contrárias sobre o tema (BRAGUINSKY, 1996). Assim, a literatura vem, no decorrer do tempo, se complementando e construindo uma verdadeira rede conceitual que converge em torno da ideia.

Douglas (1966, *apud* BRATSIS, 2003, p.17), propõe a seguinte definição de corrupção:

“Shoes are not dirty in themselves, but it is dirty to place them on the dinning-table; food is not dirty in itself, but it is dirty to leave cooking utensils in the bedroom, or food bespattered on clothing...”; similarly, when public interests and private interests are confused in roles and place, corruption or dirt is perceived. Thus, “Private interests and public interests are both perfectly fine, as long as they stay in their proper places. Once we have the contamination of the public by the private, politicians and politics itself become dirty, tainted, infected, and thus corrupt.”

O conceito proposto por Douglas começa com uma analogia: a de que sapatos por si só não são considerados sujos, mas é sujo colocá-los na mesa de jantar; que comida não é suja por si só, mas é sujo deixar panelas no quarto ou comida nas roupas. Da mesma forma, interesses públicos e privados não têm nada de errado, contanto que fiquem em seus devidos lugares. Quando há a contaminação do público pelo privado é que os políticos e por conseguinte, a política, fica suja, corrupta.

Tanzi (1998, p. 8) traz a seguinte perspectiva para o estudo da corrupção seria “como um elefante, muito embora seja difícil descrevê-lo[a], não é difícil reconhecê-lo[a] quando avistado[a]”. A partir da perspectiva do autor, torna-se possível dissociar a definição da corrupção de seus atos. Assim, para Tanzi, os atos da corrupção podem ser enquadrados, de maneira não exaustiva, nas seguintes categorias: (a) burocrática ou política, (b) redutora de custos (ao pagador de propina) ou criadora de benefícios, (c) iniciada pelo agente público ou privado, (d) coercitiva ou em conluio, (e) centralizada ou descentralizada, (f) previsível ou arbitrária, (g) envolvendo pagamentos em dinheiro ou não.

Laffont (2002, p. 161) conceitua a corrupção como sendo as oportunidades de ganhos privados que surgem a partir da necessidade de delegação de atividades do Estado a intermediários em sociedades complexas. A origem da corrupção, de acordo com o autor, se dá porque a delegação de tarefas em sociedades complexas traz a possibilidade dos intermediários estabelecerem contratos escusos, em que práticas não permitidas pelas regras da sociedade podem se tornar comuns, contanto que os intermediários e agentes interessados se beneficiem em detrimento do resto.

Svensson (2005, p.20), por sua vez, a define simplesmente como um reflexo das instituições legais, econômicas, culturais e políticas de um país. O autor explica, ainda, que tais instituições podem ser benéficas ou maléficas à sociedade, de forma que a corrupção pode emergir como uma resposta à ambas. Como exemplo, indivíduos podem pagar propinas para escapar de punições (que em sua maioria tem fim benéfico à sociedade) ou, alternativamente, pois más políticas ou instituições ineficientes foram postas com o condão de coletar essas verbas.

Para além dos interesses teóricos, a corrupção também é foco da atuação de alguns organismos internacionais para fins do delineamento e diagnóstico de políticas. Por exemplo, numa definição bastante restrita, o Banco Mundial a define como sendo “o abuso de cargo público para ganhos privados” (BANCO MUNDIAL). A Transparência Internacional apresenta uma definição bastante similar, definindo a corrupção como “o abuso de um poder conferido para ganho próprio”, mas avança na conceituação explicitando a intensidade da mesma: a *grande corrupção*, que ocorre em altos níveis governamentais, distorcendo políticas e o funcionamento do Estado; a *pequena corrupção*, presente em níveis hierárquicos inferiores dentro do governo, interferindo diretamente na prestação de serviços básicos à população, e; a

corrupção política, em que há a manipulação de regras, políticas e instituições com o objetivo de perpetuar instâncias de poder, status e dinheiro (TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL, 2016). A Transparência Internacional vai além do campo teórico, e elabora, todos os anos, o Índice de Percepção da Corrupção (IPC). Segundo a organização:

O IPC pontua e classifica os países/territórios com base na percepção da dimensão da corrupção do setor público de um país. É um índice composto, uma combinação de pesquisas e avaliações de corrupção, recolhidos por várias instituições. O IPC é o indicador de corrupção mais utilizado em todo o mundo (TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL, 2016)

Em suma, percebe-se das contribuições dos acadêmicos e das organizações internacionais que não há uma definição universal para a corrupção, embora tal diversidade seja admissível diante da complexidade do tema. Em outras palavras, apesar das disparidades regionais e históricas na definição do que seja ou não um ato corrupto, acredita-se que não haja prejuízo no exercício a que se propõem os estudos e análises, pois a ideia central que perpassa todas as definições é a de que sempre a de que, por trás dos atos de corrupção, há sempre um ganho individual em detrimento de um ganho coletivo. Mais do que isso, considera-se que a complexidade apenas enaltece o estudo acerca da corrupção.

2.2. A DEFINIÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Nota-se para o desenvolvimento econômico o mesmo desafio de conceituação descrito anteriormente para a corrupção: apesar de encontrarmos diversas definições, conseguimos ver uma intersecção entre elas. Feldman et al (2014, p.4), por exemplo, avaliam que uma conceituação de desenvolvimento econômico, ao contrário do crescimento econômico, é menos óbvia pois compreende uma gama muito maior de elementos, sendo essa ideia endossada por um prêmio Nobel de Economia, Robert Lucas:

[...] economic growth, with its emphasis on increases in population, employment or total output dominates the debate, despite the fact that increases in any or all of these could be associated with both improvements and/or declines in prosperity and quality of life. The consensus is that development is a fuzzier and more far-reaching idea. Nobel laureate Robert Lucas (1988:13) notes, “we think of (economic) growth and (economic) development as distinct fields, with growth theory defined as those aspects

of economic growth we have some understanding of, and development defined as those we don't."

Nessa perspectiva da complexidade de uma conceituação de desenvolvimento econômico, um dos expoentes da economia atual, Amartya Sen, traz já no título de sua obra, *Desenvolvimento como Liberdade*, uma definição alternativa de desenvolvimento econômico. O autor argumenta que o simples crescimento econômico, medido pela renda *per capita*, industrialização ou avanços tecnológicos, não pode ser visto como desenvolvimento econômico sem que sejam acompanhados pela liberdade da população, percebida principalmente pela transparência e liberdade política e das oportunidades que se abrem a todos. Assim, o autor defende que o aumento da renda *per capita* e dos outros indicadores podem servir como meios para que se atinja um maior desenvolvimento econômico, mas os mesmos são incompletos como forma de mensuração (SEN, 2000, p.14-15). Ademais, esse autor auxiliou também na criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), medida utilizada pela Organização das Nações Unidas para avaliar a qualidade de vida nos países ao redor do mundo e que, para tanto, alia o âmbito econômico e social utilizando três parâmetros: expectativa de vida ao nascer, escolaridade (anos médios de estudo e anos esperados de escolaridade) e o PIB per capita em paridade de poder de compra (PNUD, 2016). Precisamos notar que tal medida procura avaliar, como o nome traz, o desenvolvimento humano, não o econômico, mas tampouco podemos dissociar as duas variáveis.

Numa perspectiva dos organismos internacionais, o Banco Mundial traz uma definição um tanto sucinta para o Desenvolvimento Econômico (BANCO MUNDIAL, 2016). Ele seria composto por "mudanças qualitativas e reestruturações na economia de um país, juntamente com progresso tecnológico e social". Apesar da definição um tanto quanto vaga e bastante abrangente, a instituição continua trazendo que "o principal indicador do desenvolvimento econômico é o crescimento da renda per capita, que reflete um aumento na produtividade e no bem estar da população, sendo diretamente relacionado ao crescimento econômico".

Dessa maneira, podemos perceber que, assim como a corrupção, este tema também carece de uma definição pacífica, e é objeto de definições um tanto quanto diferentes. Todavia, podemos observar uma grande intersecção entre as definições propostas pela grande maioria dos autores, de modo que não são observadas

grandes divergências de opinião. Ou seja, apesar de encontrarmos diversas conceituações acerca do Desenvolvimento Econômico, isso não interfere no exercício de avaliar o impacto da corrupção sobre essa variável. Isso ocorre porque tal impacto é visível, muitas vezes, somente do ponto de vista análogo¹.

Temos, portanto, duas variáveis com características similares quanto às suas descrições. Por um lado, percebemos uma dificuldade em estabelecer conceitos universais que delimitem o que venham a ser a corrupção e o desenvolvimento econômico. Por outro, não vislumbramos prejuízo ao presente trabalho, à literatura econômica e aos estudos que visam entender os mecanismos pelos quais a corrupção e o desenvolvimento se interagem. Na verdade, vimos que as definições, por si só, são ambientes férteis de estudo. Enfatizamos também que os estudos analisados neste trabalho pouco se preocuparam em delinear definições taxativas, conclusivas, tanto sobre a corrupção quanto para o desenvolvimento. De maior importância foram as contribuições acerca do tema, isto é, qual ou quais os impactos de um ou alguns determinados parâmetros da corrupção em um ou alguns parâmetros do desenvolvimento? Da mesma forma, esta monografia também apresenta um panorama da conceituação de cada variável, juntamente com ao menos um parâmetro empírico usualmente aceitável dentro do mundo acadêmico, para que possamos, no capítulo a seguir, desenvolver as maneiras pelas quais a corrupção e o desenvolvimento se relacionam.

¹ Por exemplo, em um estudo que analisou o desvio de verbas federais na educação municipal de diversos municípios brasileiros, Ferraz *et al.* (2012) observaram que, nos municípios em que um maior volume de recursos foi desviado, os alunos obtiveram um pior desempenho escolar. Desta forma, observamos que, neste estudo, a conceituação de desenvolvimento econômico não possui tanta relevância: a análise empírica, por si só, trouxe evidências do prejuízo de uma ação corrupta em detrimento de uma variável (qualidade da educação), a qual é considerada salutar ao desenvolvimento econômico

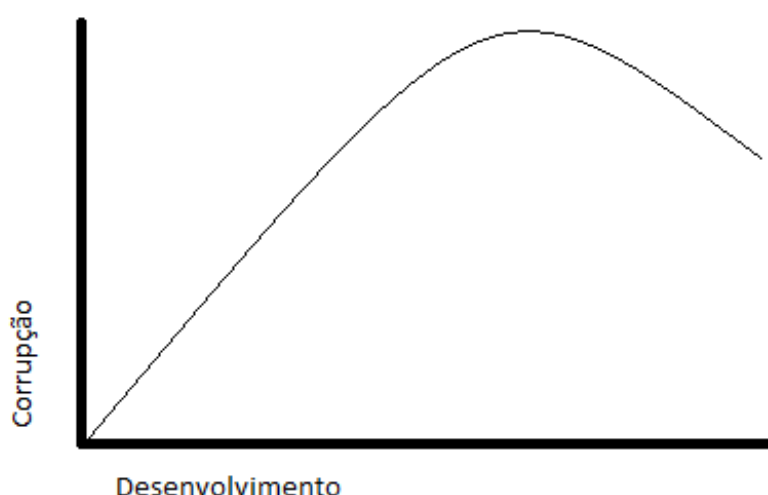
3. A RELAÇÃO ENTRE A CORRUPÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Tendo estabelecido as definições, apresento nesse capítulo as relações identificadas entre corrupção e desenvolvimento econômico, e procuro extrair do material estudado respostas para as seguintes questões: Quais são as consequências da corrupção no desenvolvimento econômico, e de que maneira elas se operam?

3.1. A TEORIA DO “U” INVERTIDO

Na tentativa de estabelecer o impacto da corrupção sobre o desenvolvimento econômico, alguns economistas propuseram a ideia de que as variáveis se relacionam conforme um “U” invertido. De forma sucinta, num primeiro momento, em que a economia de uma sociedade é pouco desenvolvida, há poucas oportunidades de corrupção. Na medida em que esta sociedade se desenvolve, as possibilidades de corrupção aumentam. Por fim, com um maior nível de desenvolvimento da sociedade, o escopo para a corrupção declina. Tal relação pode ser ilustrada conforme a Figura 1, e as causalidades e os mecanismos envolvidos serão explicitados adiante.

FIGURA 1: Relação hipotética entre níveis de corrupção e o desenvolvimento econômico



Fonte: Elaboração própria.

Dentre os estudiosos que identificaram a relação em formato de “U” invertido entre corrupção e desenvolvimento, temos primeiro Vishny e Shleifer (1993, p.615).

Os autores consideram que a corrupção é mais prevalente em economias em desenvolvimento pelo fato de que a conjuntura governamental dispõe de recursos escassos ao monitoramento. Para os autores, isso não ocorreria nos países mais desenvolvidos.

Outro autor que endossa a relação de “U” invertido é Bardhan (1997, p.1329). O autor argumenta que, muito embora a corrupção tenha declinado com o desenvolvimento econômico de muitos países desenvolvidos nos últimos 100 anos, durante um certo período de modernização e crescimento, o nível de corrupção aumentou em determinados países. É importante ressaltar que a dinâmica na qual o autor se baseia também corresponde à proposta de Vishny e Shleifer: em estágios iniciais de desenvolvimento, quando a economia cresce e fica mais complexa, agentes públicos deslumbram mais possibilidades para ganhar dinheiro de maneiras ilícitas. Isso ocorre pelo fato dos mercados ainda serem incipientes, pela oportunidade de garantir alguns monopólios a agentes privados, e dentro de suas funções públicas há também uma maior complexidade de tarefas além de coletar impostos sobre a terra ou garantir o cumprimento das leis, por exemplo (BARDHAN, 1997, p. 1329).

Por fim, nessa linha, Laffont (2006) postula que a relação em formato de “U” invertido acontece da seguinte forma: as sociedades primitivas (e pouco desenvolvidas) têm menos oportunidades para a ocorrência de corrupção porque há poucos intermediários, prestadores de serviços públicos, para a população, destinatário final da prestação dos serviços. Por sua vez, na medida em que as sociedades se desenvolvem para um patamar intermediário, as atividades se tornam mais complexas e são necessárias mais delegações, o que gera mais oportunidades para a corrupção. Além disso, inovações institucionais, que o autor não menciona quais, são trazidas como mais uma fonte de corrupção. Novas instituições têm diversos aspectos, incluindo os incentivos corretos para diminuir a corrupção atrelada à elas, refinados no decorrer do tempo. Assim, à medida em que novas instituições são criadas, novas oportunidades de corrupção emergem. Este é o caso, para o autor, dos países do Leste Europeu após o fim da União Soviética (LAFFONT, 2006, p.163). Ainda, pesam a favor da maior incidência corrupção em países com nível de desenvolvimento intermediário as seguintes restrições: (i) os recursos (humanos e técnicos) são escassos; (ii) recursos financeiros para compensar os intermediadores são escassos; e (iii) sendo os agentes econômicos

pobres, as penalidades para a prática da corrupção são limitadas. Em tais sociedades, com menor grau de desenvolvimento, os custos para combater a corrupção são altos, e consequentemente o nível de corrupção ideal também é alto. Por fim, nas sociedades mais desenvolvidas, o governo tem mais recursos para combater a corrupção. Por esta razão, é mais fácil atrelar um ato de corrupção a uma maior sanção, e assim diminuir o custo relativo do combate à corrupção. Desta forma o número de transações com corrupção diminui e seu volume total também. O autor lembra, no entanto, que somente se for do interesse do governo isso realmente acontece, geralmente em países com uma democracia sólida que permita o controle dos políticos pela população.

Para fins de ilustração da teoria do “U” invertido, a Tabela 1 apresenta uma medida de desenvolvimento econômico – o IDH – para os dez melhores e os dez piores países em termos do Índice de Percepção da Corrupção (IPC) da Transparência Internacional para o ano de 2014. O IDH varia de 0 a 1, sendo quanto maior, melhor o nível de desenvolvimento. Por sua vez, o IPC varia de 0 a 100, sendo que valores altos indicam menores níveis de corrupção. Podemos perceber, até certo ponto, a presença de uma correlação positiva entre as variáveis: dos dez países menos corruptos, seis estão entre os dez maiores IDHs. Além disso, todos os dez países menos corruptos possuem IDH considerado muito elevado (acima de 0,8). Quanto aos dez países considerados mais corruptos, A Líbia possui IDH considerado elevado (entre 0,7 e 0,8), três (Uzbequistão, Turcomenistão e Iraque) possuem IDH considerado médio (entre 0,55 e 0,7) e quatro (Eritréia, Sudão, Sudão do Sul e Afeganistão) possuem IDH considerado baixo (até 0,55). Não há informações no último levantamento da ONU sobre os países Coreia do Norte e Somália. Muito embora possamos observar uma correlação positiva entre os dois índices na Tabela 1, temos que ter cuidado ao tomar conclusões, pois como demonstramos anteriormente, os autores não estipulam a partir de que momento a curva em “U” invertido passa a declinar (talvez por isso observemos países dos mais variados IDHs entre os mais corruptos), diminuindo a corrupção, e também não podemos afirmar que os países com maior IDH e menor corrupção passaram, necessariamente, pelo processo descrito pela teoria do “U” invertido.

TABELA 1: IDH e Índice de Percepção da Corrupção (IPC) para os dez melhores e piores países no IPC

País	Colocação IPC 2014	IPC 2015	Colocação IDH 2014	IDH 2014
Dinamarca	1	92	4	0,923
Nova Zelândia	2	91	9	0,913
Finlândia	3	89	24	0,883
Suécia	4	87	14	0,907
Noruega	5	86	1	0,944
Suíça	5	86	3	0,930
Cingapura	7	84	11	0,912
Holanda	8	83	5	0,922
Luxemburgo	9	82	19	0,892
Canadá	10	81	9	0,913
...
Eritreia	166	18	186	0,391
Líbia	166	18	94	0,724
Uzbequistão	166	18	114	0,675
Turcomenistão	169	17	109	0,688
Iraque	170	16	121	0,654
Sudão do Sul	171	15	169	0,467
Afeganistão	172	12	171	0,465
Sudão	173	11	167	0,479
Coreia do Norte	174	8	177*	0,595*
Somália	174	8	229**	0,285**

Fonte: PNUD e Transparência Internacional.

Nota: últimos dados disponíveis são para (*) 2013 e (**) 2012.

Poderemos também questionar os dados comparando o IPC com o IDH, ao inquirir onde se encontram os demais países com IDH muito elevado que não são tão livres de corrupção quanto à Finlândia, por exemplo. No entanto, apesar das ressalvas, podemos notar a aderência da teoria (do “U” invertido) na prática. Por mais que a curva possa ter um desenho diferente do predicado pelos estudos vistos aqui, tanto no geral quanto em cada caso em específico, a correlação entre as variáveis (desenvolvimento econômico e corrupção) pode ser facilmente observada.

3.2. A CAUSALIDADE ENTRE O DESENVOLVIMENTO E A CORRUPÇÃO

Muito embora os estudos revisados estipulem hipóteses sobre a relação entre corrupção e desenvolvimento (a chamada curva em “U”), os argumentos trazidos até agora são de mera correlação: apesar de identificar que há um período no desenvolvimento das mais diversas nações em que as duas variáveis crescem em paralelo, não há como afirmar que o desenvolvimento “causa” a corrupção (ou vice-

versa). Desta forma, passamos a questionar qual o impacto (positivo ou negativo) da corrupção no desenvolvimento econômico.

Lambsdorff (2006, p.24) constata uma correlação entre altos níveis de corrupção e baixos indicadores de desenvolvimento, mas estabelece que é muito difícil definir a causalidade entre as duas variáveis. Posteriormente, destaca que uma das razões pelas quais esta causalidade pode servir para os dois lados é de que, embora a corrupção possivelmente venha a diminuir a renda per capita, países mais pobres não têm meios adequados de combater a corrupção, o que traria um efeito contrário (em que a baixa renda per capita aumentaria a corrupção). Assim, uma regressão simples não proveria um determinante, somente uma correlação de origem desconhecida (LAMBSDORFF, 2006, p.24).

Alguns autores, contudo, buscam teorizar sobre as causalidades entre corrupção e desenvolvimento. Rose-Ackerman (2006, p.32), por exemplo, questiona se a corrupção pode impactar positivamente o desenvolvimento. Segundo ela, diversos países com elevados níveis de corrupção experimentaram altos níveis de crescimento econômico, como foi o caso da Indonésia, Tailândia e Coréia do Sul. O mecanismo causal poderia ser explicado, conforme a autora, pelo fato de que esses países não se preocupavam com a corrupção e, assim, questiona em que medida esse fato seria um indicativo de que economias em desenvolvimento não devem se preocupar com a corrupção, ou talvez economias com altos níveis de crescimento devam simplesmente aceitar o desvio de verbas como sendo normal (ROSE-ACKERMAN, 2006, p.33). A autora conclui, entretanto, que essa não pode ser uma hipótese aceitável, pois a corrupção não é algo que um país simplesmente se veja livre naturalmente, sem que haja uma vontade política para tanto. Além disso, tolerar a corrupção, digamos, a taxas de 5% a 10% do valor de contratos públicos pode vir ser um fator para que a tolerância a tais práticas passe a aumentar, de modo que a corrupção pode vir a reverter o cenário de crescimento (ROSE-ACKERMAN, 2006, p.33).

Em linha com a autora, de que a corrupção é na verdade prejudicial ao crescimento econômico, temos o estudo de Paulo Mauro (1995, p.701). A partir de um levantamento elaborado pelo *Business International* (BI) contendo dados da percepção da corrupção em 70 países entre os anos de 1980 e 1983, o autor procura determinar como e em que medida a corrupção afeta o crescimento econômico. Mauro conclui que a corrupção está negativamente associada ao

crescimento econômico, e estima que diminuições nos índices de corrupção aumentariam o crescimento econômico dos países (MAURO, 1995, p.705). Ele evidenciou que a redução em um desvio-padrão no índice de burocracia estava associada a um aumento no crescimento do Produto Interno Bruto em 0,5 pontos percentuais.

Desta forma, mesmo sendo constatado que a corrupção cresce, sob determinadas circunstâncias, no mesmo sentido que o desenvolvimento, as propostas de Laffont e Bardhan na verdade sugerem que as altas taxas de crescimento nos países citados são observadas apesar da corrupção, e não por causa da corrupção.

3.3. CORRUPÇÃO E COMPONENTES DO DESENVOLVIMENTO

3.3.1 *Corrupção e Desigualdade de Renda*

Outro aspecto que pode ser analisado é quanto ao impacto da corrupção na desigualdade de renda de um país. Tal variável está intrinsicamente ligada ao conceito de desenvolvimento econômico, sendo o motivo maior para a adoção de políticas, por exemplo, de transferência de renda, tais como o Bolsa Família no Brasil e o Oportunidades no México.

Podemos encontrar na literatura diversas contribuições acerca deste tema. Susan Rose-Ackerman (1997, p.33) estabelece que a corrupção tende a favorecer os agentes que já estão bem estabelecidos economicamente, o que acarreta no aumento da desigualdade na distribuição de renda. Assim, mesmo que a corrupção aumente, por um período, paralelamente ao crescimento econômico (conforme previsto pela hipótese do “U” invertido), os benefícios do crescimento são aproveitados de maneira não igualitária, favorecendo uns em detrimento de outros.

Gupta et al (1998), abordam os mecanismos pelos quais a corrupção leva a um aumento na desigualdade. Os autores procuraram demonstrar o impacto que a corrupção tem na desigualdade de renda e também na pobreza, por meio de um estudo cross-country que utilizou (a) vários indicadores de corrupção (*International Country Risk Guide*, elaborado pelo *Political Risk Services* e *Corruption Perception Index*, realizado pela *Transparência Internacional*) elaborados entre 1980 e 1997 e (b) diversas variáveis disponíveis dos países, incluindo o estoque de capital dividido

pelo PIB, porcentagem de recursos naturais no total das exportações, gastos sociais pelo PIB, média de anos de estudo secundário entre a população acima de 15 anos e porcentagem da população adulta analfabeta. Assim, os autores conseguem traçar, ao final do estudo, as seguintes conclusões: (i) com relação à dotação de fatores, países com altas taxas de corrupção tendem a ter recursos naturais abundantes, maior desigualdade na educação, baixa média de anos de estudo secundário e distribuição de terras desigual; (ii) países com maiores taxas de corrupção tendem a ter menor gasto social. Isso, juntamente com a demonstração de que um maior gasto social eleva o crescimento da renda dos mais pobres, demonstra que a corrupção os afeta também indiretamente de forma negativa; (iii) quanto ao crescimento econômico, evidencia-se que a corrupção diminui o crescimento da economia e, por conseguinte, aumenta a taxa de pobreza; e (iv) a corrupção aumenta a desigualdade de renda ao reduzir a progressividade do sistema tributário de um país. Isso ocorre por meio da evasão fiscal, e exceções que favorecem apenas aos mais abastados, reduzindo a arrecadação e o montante à disposição do governo.

Embora os estudos citados anteriormente qualifiquem o impacto da corrupção sobre níveis de desigualdade, há divergências nos estudos econômicos quanto à direção da causalidade entre essas variáveis. Boris Begovic (2006) levanta essa dúvida, afirmando que há pouca evidência que demonstra que a corrupção causa um aumento na desigualdade, e ainda menos evidências que nos leve à conclusão contrária. O autor busca argumentos que defendam a hipótese de que a desigualdade de renda afeta a corrupção, e a de que a corrupção, por sua vez, aumentaria a desigualdade. O ponto é que o autor não defende nem uma vertente, nem outra. Ele apenas demonstra que a causalidade pode partir das duas variáveis. Como exemplo de que a desigualdade causa a corrupção, ele cita que, numa sociedade desigual, existem barreiras à entrada da população pobre a determinados cargos e contratos que se beneficiam da corrupção, e que, por outro lado, são claramente acessíveis para a população de alta renda (WADE, D. N. *apud* BEGOVIC, B., 2006, p.6). Begovic traz ainda um exemplo de causa e consequência que ocorreu nos EUA no século XIX. Para fins de ampliação da malha ferroviária, muitas terras foram desocupadas. No entanto, foi demonstrado que, na resolução dos litígios entre as companhias e proprietários de terra, os industriais muitas vezes pagavam propinas ao poder judiciário para que ele resolvesse a situação a favor

deles (GLAESER, SHLEIFER, *apud* BEGOVIC, 2006, p.7). Ou seja, tem-se um exemplo prático da desigualdade de renda influenciando na corrupção. A partir deste exemplo, o autor formula uma teoria sobre a relação entre a desigualdade de renda e a corrupção do sistema judiciário. Na eventual situação em que uma das partes em litígio faça valer sua posição mais abastada na sociedade e corrompa o poder judiciário para que julgue a seu favor, o Estado acaba por diminuir os direitos do mais pobre, o que também diminui a eficiência dos contratos, segurança sobre a propriedade, levando a um maior aumento da desigualdade de renda.

Husted (1999) também testa a causalidade entre a desigualdade de renda e a corrupção a partir do Índice de Percepção da Corrupção de 1996 da Transparência Internacional e também de dados do Banco Mundial para a desigualdade, para mais de 50 países. Diferentemente dos autores vistos anteriormente, que teorizaram o efeito causal, partindo da corrupção para desigualdade e vice-versa, o autor, a partir de seu exercício empírico, não conseguiu encontrar uma relação causal entre as variáveis (HUSTED, 1999, p.13). Husted revela que a maior parte da correlação entre a corrupção e a desigualdade é explicada pelo nível de desenvolvimento econômico. Em outras palavras, o autor não conseguiu estabelecer uma relação causal, apenas uma alta correlação entre corrupção e desigualdade de renda.

Desta forma, muito embora não haja um consenso a respeito da causalidade entre a desigualdade de renda e a corrupção, existe uma relação positiva entre as mesmas. Contudo, ao contrário da relação prevista pelo “U” invertido, não há formulação alguma que defenda que as variáveis, a partir de um ponto, passem a ter uma relação inversa uma com a outra.

3.3.2 *Corrupção e Alocação de Recursos*

Ainda se tratando dos efeitos da corrupção sobre o desenvolvimento econômico na perspectiva de seus componentes, pode-se considerar seus impactos sobre a alocação de recursos da economia. Lambsdorff (2006, p.27) argumenta que países com altas taxas de corrupção possuem, em geral, menor estoque de capital. Dessa maneira, a corrupção pode influir diretamente na alocação de recursos, diminuindo investimentos internos e externos em um determinado país, visto que (1) os investidores se preocupam com a credibilidade das políticas governamentais, e

receiam realizar investimentos incertos, e (2) diversos investimentos, uma vez realizados, se tornam ativos imobilizados.

Svensson (2005, p.37) defende que muitas vezes o ato corrupto em si não impõe o maior custo à sociedade. Ao invés disso, a corrupção resulta na promoção de firmas muitas vezes ineficientes, e a alocação de talento, tecnologia e capital fica distante de seu uso mais produtivo. Quando lucros ou lucros em potencial são tirados das firmas através da corrupção, há um desestímulo aos empresários que podem, por exemplo, optar por não iniciar novas firmas, por expandir de forma mais lenta, por alterar sua produção para o setor informal ou mesmo por minimizar a dependência pelo setor público.

Por outro lado, alguns economistas, como Paul J. Beck, Michael W Maher e Donald H. D. Lien (apud BARDHAN, 1997, p.1322) defendem que a incidência de propinas, em caso de contratação de empresas por parte do Estado, pode ser um processo eficiente: considere que o governo irá realizar uma licitação para contratar uma empresa que irá executar uma determinada obra ou serviço. Se há um mercado competitivo formado, em que as empresas pagam propinas de acordo com suas capacidades, a incidência de propinas irá tornar eficiente a contratação de empresas pelo Estado. Isso ocorre porque espera-se que a empresa que oferecer o valor mais alto da propina seja justamente a mais eficiente, e, sendo assim, a que firma o contrato (BARDHAN, 1997, p.1322).

Essa não é, contudo, uma visão unânime entre os economistas. Por exemplo, Bardhan (1997, p.1323) avalia que essa abordagem não leva em conta a existência de possíveis favorecimentos, como o nepotismo, ou quando a empresa que é contratada pelo Estado não é punida ao fornecer produtos de qualidade e custo inferiores aos contratados. Além disso, num cenário em que existe corrupção na escolha de firmas que irão prestar serviços para o governo (mediante propinas), as firmas irão privilegiar investimentos em propinas ao invés do investimento produtivo (SVENSSON, 2005, p.37). Os impactos de tais práticas não só se limitam às empresas atuantes, como também aos potenciais empreendedores, que podem se abster de entrar no mercado. Por fim, considerando-se a dinâmica interna das firmas, Murphy et al (apud MAURO, 2002, p.3) determinam que, para firmas que almejam contratos mediante propina, seus funcionários serão alocados em prol de atividades que visam o rent-seeking ao invés de atividades produtivas.

Outro ponto em que a corrupção afeta a alocação de recursos diz respeito à composição dos investimentos. Vejamos: com relação ao investimento estrangeiro, Wei e Wu (2002, p.488) destacam que altos níveis de corrupção no país receptor afetam negativamente o volume de investimento estrangeiro direto. Os autores utilizaram dados da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) relativos ao investimento direto estrangeiro (IED), do *Bank for International Settlements* para empréstimos entre países, e da Transparência Internacional para a corrupção, sendo todos os dados para os anos de 1994 a 1996. Foi evidenciado que países com maiores níveis de corrupção recebem, proporcionalmente, menos IED, e mais empréstimos bancários. A motivação dos autores resta sobre a hipótese inicial, demonstrada por Frankel e Rose (apud WEI; YU, 2002, p.488) de que (i) quanto maior a diferença entre o volume de IED e empréstimos bancários, (ii) maior a relação entre o montante de débito e reservas internacionais, e (iii) maior a probabilidade de uma crise financeira no país. Desta forma, os autores concluem que a corrupção não só afeta a composição do investimento estrangeiro em um país, como também tem um papel importante no desenrolar de crises financeiras.

Caso a empresa estrangeira opte pelo investimento em países com alta corrupção, Smarzynska e Wei (apud LAMBSDORFF, 2006, p.28) observam que a mesma irá preferir realizar o investimento por meio de *joint ventures* com empresas locais, as quais já estão familiarizadas com as leis e os costumes vigentes. Contudo, essa estratégia não é interessante para todas as firmas: no caso das empresas de alta tecnologia, há um desestímulo à entrada, por receio de que seu *know-how* seja aproveitado ilegalmente pelo parceiro local.

Outro aspecto em que a corrupção afeta a composição dos investimentos é o investimento privado. Paolo Mauro (1995, p.683) traça uma relação entre a incidência de corrupção e a diminuição do investimento privado que, por sua vez, compromete o crescimento econômico. Para tanto, o autor utiliza nove índices elaborados pelo *Business International* para 68 países, entre os anos de 1980 e 1983 que, juntos, representam a corrupção, burocracia e efetividade do Poder Judiciário. Aliados à essas variáveis, Paolo Mauro também utiliza dados macroeconômicos como a taxa de crescimento do PIB per capita, relação entre investimentos e o PIB e gastos do Governo e o PIB. Ao ligar a corrupção, investimento e crescimento econômico, o autor demonstra um efeito em cascata

perverso às economias. Como exemplo, caso houvesse em Bangladesh uma melhoria da integridade e da eficiência de suas instituições para um nível equivalente ao do Uruguai, o nível de investimento privado aumentaria em 5%, e o crescimento do PIB aumentaria em 0,5%.

A literatura, apesar de não ser consensual, vem caminhando atualmente para uma unanimidade acerca dos efeitos negativos da corrupção no desenvolvimento econômico. Desde a teorização da curva em “U” invertido, passando pela causalidade entre as variáveis e a trabalhos empíricos que testam os mais variados parâmetros econômicos em relação à corrupção, podemos evidenciar que a literatura é mais favorável à tese de que a corrupção é prejudicial ao desenvolvimento econômico.

3.4. SÍNTESE

O Quadro 1 apresenta a conceituação dos aspectos mais relevantes deste trabalho, bem como suas respectivas fontes, de maneira concisa. No quadro apresento os aspectos explorados nessa monografia, as definições e os autores.

QUADRO 1: Síntese da contribuição teórica dos efeitos da corrupção no desenvolvimento econômico

Aspectos	Definição	Fonte
Corrupção	Abuso de cargo público para ganhos privados	Banco Mundial (2016)
Desenvolvimento	Mudanças qualitativas e reestruturações na economia de um país, juntamente com progresso tecnológico e social	Banco Mundial (2016)
Correlação entre corrupção e desenvolvimento	Curva em "U" invertido: Corrupção e desenvolvimento caminham juntos até determinado ponto, em que a corrupção passa a diminuir.	Vishny e Shleifer (1993) Pranab Badrhan (1997) Jean-Jacques Laffont (2006)
Causalidade: a corrupção afeta de forma positiva ou negativamente o desenvolvimento?	Impacto negativo: “areia na engrenagem” econômica. A corrupção atua como um fator que atrasa o desenvolvimento econômico.	Paulo Mauro (1995) Susan Rose-Ackerman (2006) Johann G. Lambsdorff (2006)
	Impacto positivo: “graxa na engrenagem” econômica. Corrupção como uma reação positiva perante distorções prévias, negativas, do mercado.	Donald H. D. Lien (1986) Serguey Braguinsky (1996)
Canais de transmissão do efeito negativo da corrupção sobre o desenvolvimento econômico.	Aumento na desigualdade	Susan Rose-Ackerman (1997)
	Menor gasto social	Gupta et. al (1998)
	Diminuição do crescimento econômico	Gupta et. al (1998)
	Redução na progressividade do sistema tributário	Gupta et. al (1998)
	Diminuição da eficiência dos contratos	Boris Begovic (2006)
	Diminuição de investimentos externos	Johann G. Lambsdorff (2006)
	Promoção de firmas ineficientes	Jakob Svensson (2005)
	Diminuição do investimento privado	Paulo Mauro (1995)

Fonte: Elaboração própria.

4. CONCLUSÃO

Esta monografia teve como objetivo apresentar, em linhas gerais, quais foram as contribuições da economia sobre a interação entre a corrupção e desenvolvimento econômico. Para tanto, procuramos delinear uma ideia geral, definida pela curva em “u” invertido e prevista por diversos autores, mas também abordar os mecanismos pelos quais tal interação ocorre. Seria o desenvolvimento um fator da corrupção, ou, pelo contrário, seria ele observado apesar da presença da corrupção? Desta forma, partimos de uma análise mais vaga, geral, para estudos mais específicos.

Muitos pontos abordados ainda carecem de detalhamento, como vimos na questão da causalidade entre desigualdade e corrupção. Tal detalhamento, no entanto, não significa que necessitemos de uma resposta categórica a respeito desta causalidade. Talvez o mais importante seja justamente evidenciar que, se tais variáveis são correlacionadas, como os autores demonstraram, e se a corrupção é maléfica ao desenvolvimento como um todo, isso já sirva de embasamento para implementar medidas que visem a melhoria de uma ou outra variável, visto o efeito cascata positivo que tal política pode alcançar.

O conjunto dos mecanismos presentes nos estudos analisados nos permitiu aferir se a corrupção é prejudicial ou benéfica ao desenvolvimento econômico. Como demonstrado nesse estudo, podemos destacar que a corrupção está aliada à (i) desigualdade de renda, (ii) diminuição do gasto social, (iii) diminuição do crescimento econômico, (iv) diminuição da progressividade do sistema tributário, (v) diminuição da eficiência dos contratos, (vi) diminuição dos investimentos externos (vii) promoção de firmas ineficientes, (viii) diminuição do investimento privado.

Acreditamos que tais associações são suficientes para atestar os efeitos negativos que a corrupção tem nos mais diversos aspectos, e também justifica o estudo e a promoção de políticas de monitoramento e combate à esta mazela.

Ademais, nos deparamos com argumentos defendendo os benefícios das atividades corruptas. Cabe aqui um parêntesis destacando os autores que consideram a corrupção como a “graxa na engrenagem”. A importância de termos visões antagônicas é que isso leva a um debate acadêmico que contribui muito para

a evolução do tema. No entanto, juntamente à estes argumentos, encontramos outros trabalhos determinados a refutá-los. Assim, atividades que podem parecer favorecer as empresas mais competitivas, fazer processos burocráticos correrem mais rapidamente, bem como a existência de mercados negros na economia, que alocariam melhor os recursos, são, na verdade, prejudiciais ao desenvolvimento econômico. Podemos comparar os efeitos de causalidade questionados anteriormente (entre corrupção e desigualdade) também para essas atividades. Seriam elas meras respostas às distorções econômicas presentes, ou determinantes que fazem da sociedade um lugar ainda mais corrupto?

REFERÊNCIAS

- MANKIW, Gregory N. Introdução à Economia. São Paulo. Editora Thomson, 2006.
- PALMER, Noel T. The Importance of Economic Growth. Disponível em: <<http://www.cpaireland.ie/docs/default-source/Students/Study-Support/P1-Managerial-Finance/the-importance-of-economic-growth.pdf?sfvrsn=0>> acesso em 20/03/2016
- TANZI, Vito. Corruption Around the World: Causes, Consequences, Scope, and Cures. IMF Working Paper. 1998.
- HOOKE, John. Corruption from a Cross-Cultural Perspective. Carnegie Mellon University. 2008
- MAURO, Paulo. Why worry about corruption? International Monetary Fund, 1997
- BRAGUINSKY, Serguey. Corruption and Schumpeterian Growth in Different Economic Environments. *Contemporary Economic Policy*. Fountain Valley, Volume 14, 3ª edição. p 14-25. 1996.
- BARDHAN, Pranab. Corruption and Development: A Review of Issues. *Journal of Economic Literature*. Berkeley. Volume XXXV. p 1320-1346. 1997
- LAFFONT, Jean Jacques. Corruption and Development. In: BENERJEE, A. V.; BÉNABOU, R.; MOOKHERJEE, D. *Understanding Poverty*. Oxford: Oxford Scholarship Online, 2006. 161-167.
- VISHNY, R. W.; SHLEIFER, A. Corruption. *The Quarterly Journal of Economics*. Cambridge, Volume 108, No. 3. p. 599-617. 1993.
- ROSE-ACKERMAN. The Political Economy of Corruption. In: ELLIOTT, Kimberly A. *Corruption And The Global Economy*. Washington, DC: Peterson Institute for International Economics. 1997. p. 31-60.
- FERRAZ, C.; FINAN, F.; MOREIRA, D. B. Corruption Learning: Evidence from missing federal education funds in Brazil. *Journal of Public Economics*. Amsterdam, vol. 96. p 712-726.
- BRATSIS, Peter. Corrupt Compared to What? Greece, Capitalist Interests, and the Specular Purity of the State. London School of Economics and Political Science. Londres, 2003.
- SVENSSON, Jakob. Eight Questions about Corruption. *The Journal of Economic Perspectives*. Nashville. Vol. 19, 3ª edição. p 19-42. 2005.
- BANCO MUNDIAL. Helping Countries Combat Corruption: The Role of the World Bank. Disponível em: <<http://www1.worldbank.org/publicsector/anticorrupt/corruptn/cor02.htm>> acesso em 20/03/2016
- TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. What is corruption? Disponível em: <<http://www.transparency.org/what-is-corruption#define>> acesso em 01/04/2016

FELDMAN, Maryann. Economic Development: A Definition and Model for Investment. Disponível em:
<<http://maryannfeldman.web.unc.edu/files/2014/05/Economic-Development-a-definition-model-for-investment.pdf>> acesso em 02/04/2016

SEN, Amartya. Development as Freedom. 1ª edição. Nova York: Alfred A Knopf, 2000. 366 p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. O que é o IDH. Disponível em:
<http://www.pnud.org.br/idh/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH> acesso em 10/06/2016

BANCO MUNDIAL. Beyond Economic Growth Student Book. Disponível em:
<<http://www.worldbank.org/depweb/english/beyond/global/glossary.html>> acesso em 15/03/2016

LAMBSDORFF, Johann G. Causes and consequences of corruption: What do we know from a cross-section of countries? In. ROSE-ACKERMAN, Susan. *International Handbook on the Economics of Corruption*. Bodmin, Inglaterra: Edward Elgar Publishing. 2006. p. 3-52.

MAURO, Paolo. Corruption and Growth. *The Quarterly Journal of Economics*. Cambridge, Volume 110, No. 3. p. 681-712. 1995.

GUPTA, S.; DAVOODI, H.; ALONSO-TERME, R. Does Corruption Affect Income Inequality and Poverty? IMF Working Paper. 1998

BEGOVIC, Boris. Economic Inequality and Corruption. Belgrado: Center for Liberal-Democratic Studies. 2006.

HUSTED, Bryan W. Wealth, Culture, and Corruption. *Journal of International Business Studies*, vol. 30, 2ª edição. 1999.

MAURO, Paolo. The Persistence of Corruption and Slow Economic Growth. IMF Working Paper. 2002.

WEI, S.; Wu, Y. Negative Alchemy? Corruption, Composition of Capital Flows, and Currency Crises. In. EDWARDS, S.; FRANKEL, J. A. *Preventing Currency Crises in Emerging Markets*. Chicago. University of Chicago Press. 2002. p. 561-506.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. International Youth Day: What do young people in Asia think about corruption? Disponível em:
<http://www.transparency.org/news/feature/international_youth_day_what_do_young_people_in_asia_think_about_corruption> Acesso em 15/03/2016.